

# Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português

Maria Jussara Abraçado de Almeida<sup>1</sup>

## Abstract

---

In this study, we analyze verb-subject order in Portuguese from the perspective of child language acquisition. With theoretical support provided by the Functionalist Model, we intend to utilize the concept of **transitivity, commonly used at the discourse level, at a cognitive one, in order** to explain the subject inversion, proposing an association between **transitivity, perceptual reality** and **ergativity**.

---

## Introdução

Em estudo anterior (Almeida, 1998), investigando a ordenação de constituintes no processo de aquisição do português como primeira língua (L1), observamos que:

1. mesmo em estágio em que a criança se comunica através de sentenças formadas apenas por uma ou duas palavras – que geralmente correspondem ao verbo e ao objeto em construções de mais de um argumento - já se verifica em sua fala a ocorrência de sujeitos pospostos em construções mono-argumentais (VS);
2. as ocorrências da VS na fala de crianças de até 3 anos de idade, diferentemente do que se postula em relação ao português coloquial (cf. Bittencourt, 1979; Lira, 1982; e Pontes, 1986), não estão fundamentalmente atreladas à função de introduzir informações novas., uma vez que o que se observa é a predominância de SNs pospostos altamente pressupostos (ou seja: contextualmente evocados ou evocados contextualmente e textualmente de forma simultânea);

---

<sup>1</sup> Professora Adjunto, Universidade Federal Fluminense.

3. as ocorrências de VS estão preferencialmente ligadas a verbos como *cair, acabar, etc.*, e a SNs geralmente não-humanos e inanimados<sup>2</sup>.

Tal quadro levou-nos ao trabalho de Pontes (1986) sobre a VS no português coloquial no qual os SNs pospostos das construções mono-argumentais, tradicionalmente classificados como sujeitos, são entendidos como objetos, sendo as construções que os contêm, conseqüentemente, caracterizadas como construções sem sujeito. Julgamos que o fato de a VS figurar em estágios iniciais - nos quais não se observa nenhuma ocorrência de sujeitos explícitos em construções de mais de um argumento, verificando-se somente a presença de construções formadas por V e O – constitui uma evidência a favor da hipótese formulada pela autora, que será parcialmente aqui por nós considerada.

Pontes (1986) ressalta em seu estudo a semelhança existente entre o SN posposto em construções mono-argumentais, e o objeto direto em construções de mais de um argumento, destacando: (1) a posição (ambos ocorrem após o verbo), (2) a concordância verbal (não desencadeiam concordância), (3) aspectos ligados à referencialidade (costumam ser novos) e a propriedades agentivas (tendem a ser não-humanos e inanimados).

Dos pontos de semelhança apontados, a posição e a concordância verbal parecem-nos mais relacionados a efeitos do que a causas (em relação ao último devemos lembrar que sua manifestação se evidencia mais tardiamente na fala da criança). Aquele ligado à questão da referencialidade já foi descartado diante da constatação (em Almeida 1998) da predominância, na fala de crianças com até 3 anos, de SNs altamente pressupostos. Resta-nos, então, o quarto ponto, que se refere a propriedades agentivas<sup>3</sup>.

Com efeito, em Almeida (1998), entendendo *transitividade* como uma propriedade funcionalista, nos termos de Hopper & Thompson (1980), constatamos a influência de propriedades agentivas no fenômeno de posposição do sujeito, sugerindo que as crianças tendem a relacionar os sujeitos de construções com baixo grau de transitividade ao objeto de construções altamente transitivas.

- 
- 2 Ex.: Criança 7 (C) - 3 anos - Irmão mais velho (I) e a Mãe (M); criança folheando o livro de estória *A Bela adormecida*.  
I: Ó aí! Ela acordou!  
M: Como foi que ela acordou? Vira pra gente ver.  
C: Com o príncipe, né?  
I: Então vira.  
C: (Vira a página.) Vai acabá as páginas.
  - 3 Lyons (1977) diz, em relação ao conceito de *agência*, que “Podemos pensar que o exemplo-paradigma é aquele em que uma entidade animada, X, intencional e responsabilmente usa sua própria força, ou energia, para realizar um evento ou iniciar um processo; e o exemplo-paradigma de um evento ou processo em que **agência** está mais obviamente envolvida será a que resulta em uma mudança na condição física ou locação de X ou de outra entidade, Y.” (p.483)

Deslocando a transitividade do plano discursivo para o plano cognitivo, conforme proposto por McCleary (1982), pretendemos explicar o fenômeno de posposição do sujeito no processo de aquisição do português, a partir de uma associação entre *transitividade*, *realidade perceptual* e *ergatividade*. A nossa hipótese é a de que nos estágios aquisitivos iniciais, a criança tende a relacionar o sujeito de construções mono-argumentais, menos transitivas, ao objeto direto de construções de mais de um argumento, mais transitivas, revelando uma aproximação de um padrão próprio das línguas ergativas.

## 1. Transitividade: do plano discursivo ao plano cognitivo

De acordo com Hopper & Thompson (1982), a *transitividade* é um universal lingüístico determinado discursivamente, que se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente. Manifesta-se no discurso num contínuo que envolve um complexo de dez traços sintático-semânticos, o que revela sua natureza escalar. Os autores pontuam binariamente cada traço, considerando que o grau máximo de transitividade ocorre quando os dez traços são marcados positivamente. O extremo oposto da escala, quando todos os traços são marcados negativamente, corresponde ao grau zero de transitividade:

*Quadro 1: Transitividade: traços sintático-semânticos*

Traços	Alta Transitividade	Baixa Retransitividade
1. Número de participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	não-ação
3. Aspecto	Télico	não-télico
4. punctualidade	Punctual	não-punctual
5. Volição	Volitivo	não-volitivo
6. Afirmação	Afirmativo	Negativo
7. Modo	Realis	Irrealis
8. Agentividade	Potência forte	potência fraca
9. Afetamento do objeto	Total	Nulo
10. individualização do objeto	Absoluta	Nula

Hopper & Thompson (1982) associam transitividade a uma função discursivo-comunicativa que refletiria a maneira como o falante estrutura o seu discurso. Ou seja, os autores correlacionam a alta transitividade à figura, atribuindo uma importância maior às informações contidas nesse plano. A partir disso, propõem uma associação entre figura, seqüencialidade e importância na narrativa.

McCleary (1982), investigando a correlação entre transitividade e figura na análise de uma narrativa em português, constatou a relação entre transitividade e seqüencialidade, mas não entre seqüencialidade e importância, mostrando que só se pode correlacionar transitividade e figura se esta última for caracterizada somente pelo traço da seqüencialidade temporal.

Entretanto, o aspecto mais relevante para nós do trabalho de McCleary é aquele em que ele distingue duas funções no discurso: (a) função comunicativa (responsável pela organização interna do discurso); (b) função cognitiva (responsável pela organização e interpretação do mundo exterior). Através dessa distinção, diferentemente de Hopper & Thompson, que consideram a transitividade como uma propriedade determinada pelo discurso, McCleary desloca transitividade do domínio discursivo para o domínio cognitivo, associando-a a traços da situação percebida como evento causal prototípico (p. 68-70). Sob essa perspectiva, a transitividade assume uma função cognitiva associada à forma de percepção de um evento e, em segundo plano, vê-se refletida na organização do discurso através de traços sintático-semânticos que se manifestam na codificação do evento percebido.

Slobin (1982, 1985) afirma que os eventos prototípicos mais salientes correspondem a ações mais transitivas. O autor encontrou evidência empírica da realidade perceptual das ações mais transitivas, ao constatar que as crianças demonstram perceber mais clara e imediatamente as ações em que um agente animado causa intencionalmente uma mudança física e perceptível no estado ou locação de um paciente por meio de um contato físico direto.

Considerando, então, a transitividade no plano cognitivo, e considerando também sua influência no processo de aquisição de L1, associamos esta propriedade à nossa hipótese relativa à ordenação VS, postulando que, nos estágios aquisitivos iniciais, a criança tende a relacionar o sujeito de construções mono-argumentais, menos transitivas, ao objeto direto de construções de mais de um argumento, mais transitivas, revelando, como já dissemos, uma aproximação de um padrão próprio das línguas ergativas.

É importante destacarmos que, em função da perspectiva cognitivista da transitividade que adotamos, reformulamos nossa interpretação dos dados estudados em Almeida (1998) no que se refere à função discursiva da VS (proposta por Naro & Votre, 1991). De acordo com os autores, a VS está a serviço de uma estratégia discursiva, que consiste em apresentar, em discursos narrativos, os eventos e as situações sem tópico, em plano de fundo, com baixa transitividade, e que normalmente não são retomadas na progressão discursiva. Por valorizarmos a vinculação de tal função a discursos narrativos - o que implica uma certa autonomia discursiva - e por nossas hipóteses se concentrarem em estágios iniciais de aquisição (até os 3 anos de idade) em que predominam diálogos, descartamos a possibilidade de a VS estar relacionada ao plano de fundo na fala de nossas crianças. Contudo,

entendemos, agora, no que diz respeito ao processo de aquisição do português como L1, que a função discursiva da VS, postulada pelos autores, emerge na fala das crianças em estágios iniciais de aquisição como reflexo da realidade perceptual, codificando os eventos menos salientes, que correspondem a ações menos transitivas ou de *fundo*.

## 2. Transitividade e a hipótese ergativa

Retomando o trabalho de Pontes (1986), passamos agora a destacar dois problemas relacionados à sua análise para, em seguida, apresentarmos a nossa proposta explicativa para o fenômeno estudado. Isto porque, se por um lado, compartilhamos com a autora a hipótese de que há semelhança entre o SN posposto, em construções mono-argumentais e o objeto direto de construções de mais de um argumento, por outro, julgamos que classificar esse SN como objeto é uma solução de âmbito restrito e que se choca com alguns aspectos gramaticais de nossa língua.

O primeiro problema com a hipótese de Pontes reside na diferença de comportamento do objeto e do SN posposto diante da possibilidade de cliticização (dizemos: *chegaram os meninos*; *chegaram eles*, mas não *chegaram-nos*). O segundo, está na dificuldade de se explicar os casos em que a concordância padrão é observada, como no exemplo já apresentado, *Chegaram os meninos*. Pontes recorre à inversão estilística para justificar casos como esses. Mas, sua justificativa implica admitir que o SN posposto, em tais circunstâncias, é sujeito e não objeto.

Sob o nosso ponto de vista, a semelhança entre o SN posposto, em construções mono-argumentais e o objeto direto de construções de mais de um argumento, ressaltada por Pontes e constatada por nós, não se restringe ao SN posposto. Entendemos que o sujeito de construções mono-argumentais - estamos nos referindo agora ao sujeito anteposto ao verbo - compartilha propriedades tanto com o objeto quanto com o sujeito de construções de mais de um argumento. Comrie (1981), por exemplo, diz que em muitas línguas, em sentenças imperativas, é possível se omitir a referência ao destinatário nos casos em que este corresponde ao sujeito de construções de mais de um argumento ou ao sujeito de construções mono-argumentais, mas não quando corresponde ao objeto direto. De acordo com o autor, essa possibilidade está correlacionada a propriedades agentivas presentes nos dois primeiros casos e ausentes no último (cf. p.110-11).

Contudo, como vimos, as propriedades agentivas, mas desta vez consideradas sob o aspecto negativo, também constituem argumento para promover a semelhança entre o sujeito de uma construção mono-argumental e o objeto de uma construção de mais de um argumento (as construções (a) *João veio* e (b) *A bicicleta caiu* ilustram as duas situações mencionadas,

desde que *João* e *A bicicleta* assemelham-se, respectivamente, ao sujeito e ao objeto de uma construção de mais de um argumento). Acreditamos que o caráter fluido, próprio do sujeito de construções mono-argumentais, que pode fomentar mudanças no sistema de marcação de caso das línguas, através do fenômeno da reanálise<sup>4</sup>, esteja relacionado com as ocorrências de VS observadas não só na fala das crianças, mas também na de falantes adultos nativos do português, e que isto pode ser um indício de que o português brasileiro está sujeito a um processo de mudança que o estaria aproximando das línguas ergativas.

Em Comrie (1981), encontramos uma análise explanatória, de caráter funcional, sobre os sistemas de marcação de caso existentes, na qual o autor enfatiza a relação observada entre os sistemas nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo.

Comrie começa por propor a substituição dos rótulos de sujeito e objeto direto pelos símbolos **S**, **A** e **P** - que foram derivados, respectivamente, dos termos *Sujeito*, *Agente* e *Paciente* - sendo que: (1) **S** se refere ao argumento único de um verbo intransitivo; (2) **A** se refere ao argumento de um verbo transitivo, tradicionalmente considerado sujeito em línguas não-ergativas; e (3) **P** se refere ao argumento que, nessas mesmas línguas, são classificados como objeto direto.

Tomando como base o tipo de relação que se pode estabelecer entre **S**, **A** e **P**, o autor chega a cinco tipos logicamente possíveis de sistemas de atribuição de casos:

- A. Neutro: mesma marca morfológica - que pode ser nula - é atribuída a **S**, **A** e **P**.
- B. Nominativo-acusativo: mesma marca morfológica - caso nominativo - para **S** e **A**, e uma marca diferente - caso acusativo - para **P**.
- C. Ergativo-absolutivo: mesma marca morfológica para **S** e **P** - caso absoluto - e uma marca morfológica diferente para **A** - caso ergativo.
- D. Tripartido: marcas morfológicas distintas para **S**, **A** e **P**.
- E. Tipo ainda não atestado como um sistema consistentemente atuante na marcação de caso: mesma marca morfológica para **A** e **P**, e uma marca morfológica distinta para **S**.

Comrie explica o porquê de, entre os tipos de sistema de marcação de caso logicamente possíveis, dois deles (B e C) serem encontrados em quase todas as línguas do mundo que têm um sistema de caso que faz a distinção entre **S**, **A** e **P**. De acordo com o autor, isso se deve ao fato de, em construções

---

4 Martellota *et alii* (1996b), referindo-se aos mecanismos ligados ao processo cognitivo da metonímia, destaca a reanálise, que eles definem como "um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretação dos elementos que o compõem" (p. 57).

mono-argumentais, existir somente um SN, não sendo necessário, portanto, sob o ponto de vista funcional, marcar esse SN de alguma forma que o distinga de outros SNs. Em construções de mais de um argumento, porém, a menos que haja uma outra forma de marcar a diferença entre **A** e **P**, tal como a ordem de palavras, a ambigüidade é repelida através de um sistema de marcação de caso. Não sendo necessária a distinção entre **S** e **A** ou entre **S** e **P** (eles não ocorrem em uma mesma construção), o caso atribuído a **S** pode ser usado para um dos dois argumentos de uma construção tradicionalmente classificada como transitiva. O sistema nominativo-acusativo identifica **S** com **A**, e tem um marcador separado para **P**. O sistema ergativo-absolutivo, por sua vez, identifica **S** com **P**, e possui uma marca diferente para **A**. O autor acrescenta que a explicação funcional se aplica, também, a discrepâncias freqüentemente observadas entre o sistema de marcação de caso e a orientação sintática de uma dada língua: o caso não reflete diretamente as relações gramaticais; sua função é promover a distinção entre **A** e **P**.

Detendo-se sobre os dois sistemas mencionados, o autor acrescenta ainda que há línguas que mostram forte preferência por um ou outro padrão, mas há aquelas em que se observa uma mistura dos dois sistemas. Assim, Comrie conclui que é um erro classificar uma língua como sendo ergativa ou não. É necessário se perguntar, antes, em que extensão ou em quais construções particulares a língua é ergativa.

Como se pode ver, os dois sistemas de marcação de caso predominantes nas línguas do mundo - nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo - mostram que **S** pode ser identificado tanto com **A** quanto com **P**. E, segundo Comrie, a relação de **S** com **A** ou com **P** não pode ser tida como um reflexo direto de relações gramaticais. Na questão aqui por nós abordada, isto significa que é bastante problemática a solução de se considerar que o SN posposto ao verbo em construções mono-argumentais é um objeto.

Entendendo transitividade como uma propriedade que atua sobretudo no plano cognitivo e que, como tal, está diretamente ligada à forma de percepção de eventos ocorridos no mundo real, julgamos que é perfeitamente compreensível a relação que se pode estabelecer entre o sujeito de construções mono-argumentais com o objeto ou com o sujeito de construções de mais de um argumento, dependendo do grau de transitividade das construções. Em se tratando de processo aquisitivo de L1, tal relação é mais transparente nos estágios aquisitivos iniciais, tendendo a assumir uma ou outra direção, nos estágios subseqüentes, devido à pressão imposta pelo *input*.

Estudos sobre o processo de aquisição de L1 em línguas distintas têm demonstrado que crianças em estágios iniciais de aquisição tendem a estabelecer a relação acima mencionada. Clark (1985), por exemplo, ao estudar a aquisição do francês, observou a existência de considerável variação na ordenação de constituintes nos estágios aquisitivos iniciais. De acordo com Clark, em construções que descrevem ação, evidencia-se a ocorrência da

ordenação SVO; nas demais, especialmente em construções mono-argumentais, verifica-se tanto a incidência de SV quanto de VS (p. 709). Em relação ao processo de aquisição do italiano, Bates (1976) detectou a predominância da ordem VS sobre a SV na fala de crianças em estágio de construções formadas por apenas dois constituintes (p.172). Mesmo em línguas que apresentam uma rigidez acentuada em termos de ordenação de constituintes, a relação aqui defendida pode ser observada. De Villiers & De Villiers (1985), por exemplo, mostram que a variação na ordem de palavras no processo de aquisição do inglês é mínima, mas citam Braine (1976) que registrou ocorrências como *Fall down rabbit* e *Rabbit fall down* na fala de uma mesma criança (p.62). Mas é nas línguas ergativas, como era de se esperar, que a relação em pauta assume contornos semelhantes ao que observamos no processo de aquisição do português. Ao estudar a aquisição do samoá - uma língua classificada como ergativa (cf. Chung, 1978) - Ochs (1985) constatou que as crianças de 2 a 4 anos raramente utilizam a marcação de caso ergativo em sua fala espontânea. Porém, de acordo com a autora, as crianças reservam a posição imediatamente após o verbo para constituintes absolutivos (pacientes transitivos e sujeitos intransitivos), e excluem constituintes ergativos (agentes) de tal posição. Dessa forma, conclui a autora, as crianças parecem tratar pacientes e sujeitos intransitivos como uma categoria única, distinta da categoria de agente.

## Considerações finais

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que podemos amparar nossas conclusões em estudos, como os de Dutra (1987) e Pezatti (1992, 1993), que, mesmo não tendo se pautado na aquisição, concluíram ser o português uma língua de ergatividade cindida. Apoiamo-nos também em Givón (1979) que, como tantos outros estudiosos, defende a relação entre aquisição de L1 e diacronia. Givón enfatiza esta relação por entender que, além da conexão evidente, já que o processo que parece ocorrer quando as crianças modificam seu modo comunicativo inicial, via sintaticização, é idêntico ao processo que gera estruturas sintáticas nas línguas através do tempo – há uma relação causal entre esses dois processos. Segundo ele, esta relação está longe de ser explicada, mas a diacronia pode resultar da indulgência da criança em relação à sintaticização (cf. p.107).

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. J. A. de. *A emergência da ordenação de constituintes no processo de aquisição do português como L1*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Lingüística) – UFRJ, Faculdade de Letras.



- BATES, E. *Language and context: The acquisition of pragmatics*. New York, Academic Press, 1976.
- BITTENCOURT, V. O. *A posposição do sujeito em Português*. Belo Horizonte, 1979. Dissertação (Mestrado) - UFMG.
- BRAINE, M. D. S. Children's first word combinations. In: *Monographs of the Society for Research in Child Development*. v. 41, n. 1, serial n. 164, 1976.
- CHUNG, S. *Case marking and grammatical relations in Polynesian*. Austin: University of Texas Press, 1978.
- CLARK, E.V. *The Acquisition of Romance, with Special Reference to French*. IN D.I. SLOBIN (ed.) v. 1, p. 687-782, 1985.
- COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- DE VILLIERS, J. G. & P. A. DE VILLIERS. *The Acquisition of English*. In: SLOBIN, D.I. (ed.). v.2, p. 27-140, 1985.
- DUTRA, R. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: some implications for word order. *Studies in Language*. v. 11, n. 1, p. 163-80, 1987.
- GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and Semantics*. v. 12: Discourse and syntax. 1979.
- HOPPER, P. J. & S. A. THOMPSON. Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56, p. 251-99, 1980.
- \_\_\_\_\_. (eds.) *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982. p. 55-75.
- LIRA, S. A. *Nominal, Pronominal and Zero subject in Brazilian Portuguese*. Pennsylvania, 1982. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania.
- LYONS, John. *Semântica*. v II. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.
- MARTELOTTA, M. E. *O paradigma da gramaticalização*. In: — et alii (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil - uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1996.
- MCCLEARY, L. E. *Transitivity in a Czech folk tale*. In: HOPPER, P. & THOMPSON, S. A. (eds.) *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982. p. 55-75.
- NARO, A. & S. VOTRE. *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. (mimeo.)
- OCHS, E. *Variation and Error: A Sociolinguistic Approach to Language Acquisition in Samoa*. In: SLOBIN, D. I. (ed.) v. 1, p. 783-838, 1985.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras.
- \_\_\_\_\_. *A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado*. São Paulo, Alfa, v. 37, p. 159-78, 1993.
- PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

- SLOBIN, D. I. *The origins of grammatical encoding of events*. In: P. HOPPER & S. A. THOMPSON (eds.) *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982. p. 55-75.
- \_\_\_\_\_(ed.) *The crosslinguistic study of language acquisition*. v. 1: The data; v. 2: Theoretical issues. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1985.